

ano 5 - n. 9 | julho/dezembro - 2020
Belo Horizonte | p. 1-230 | ISSN 2446-9823
R. Int. de Dir. Púb. – RIDP

**Revista Internacional de
DIREITO PÚBLICO**

RIDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

A Administração Pública pode realizar controle de constitucionalidade?

Ricardo Marcondes Martins	9
1 Introdução	9
2 O “estado da arte” na jurisprudência brasileira.....	10
3 Controle de constitucionalidade pelos três Poderes	12
4 Teoria da Constituição aberta.....	13
5 Administração Pública e interpretação conforme	13
6 Administração Pública e invalidação da lei.....	14
7 Administração Pública e lei inexistente	14
8 Administração Pública e não aplicação da lei.....	16
8.1 Administração Pública e não aplicação de lei válida no plano abstrato.....	18
8.2 Administração Pública e não aplicação de lei inválida no plano abstrato	19
8.2.1 Competência vinculada ou discricionária?	19
8.2.2 Quem é competente para decidir?	20
8.2.3 Dever de submeter a questão à apreciação do Judiciário.....	21
8.2.4 O subalterno tem o dever de representar?.....	22
9 Conclusões	24
Referências	25

Direito comunitário

Benigno Núñez Novo	29
1 Introdução	29
2 Desenvolvimento.....	30
3 Considerações finais.....	33
Referências	34

Tratados e convenções internacionais e recursos hídricos

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Regina Célia Martinez	35
--	----

Quarentena revela a fragilidade do direito

Ivan Barbosa Rigolin	51
-----------------------------------	----

Os delegatários e o rompimento do paradigma da cooperação jurídica internacional para investigação

Flávia Maria Machado Alves Tedesco	59
Introdução	59
1 Aspectos gerais da atuação registral e notarial.....	60
2 A cooperação jurídica internacional dos notários e registradores	63

3	O enfrentamento internacional da criminalidade e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	66
	Considerações finais	69
	Referências	70
 O desafio da efetividade jurídica no nível internacional		
Felipe Bizinoto Soares de Pádua.....		73
1	Introdução	73
2	Adoção terminológica: o que é efetividade?.....	76
3	A efetividade e o Direito Internacional	80
4	Conclusões	94
	Referências	96
 El bloque de la constitucionalidad brasileña		
Luiz Fortes Castelo Branco Neto		101
1	Introducción.....	101
2	La teoría del orden jurídico y de la supremacía de la constitución.....	102
3	El bloque de constitucionalidad en el derecho comparado	104
3.1	El bloque en el constitucionalismo francés	105
3.2	El bloque en el constitucionalismo español	106
3.3	El bloque en el constitucionalismo alemán	108
3.4	El bloque en el constitucionalismo latinoamericano.....	109
4	El bloque en el constitucionalismo brasileño	112
4.1	Enmiendas de la constitución.....	112
4.2	De los derechos implícitos	113
4.3	Los Tratados internacionales sobre los derechos humanos	114
4.3.1	El nacimiento de los derechos humanos en el mundo	114
4.3.2	Breves consideraciones sobre tratados internacionales.....	116
4.3.3	La inserción de los tratados de derechos humanos en el bloque de la constitucionalidad brasileña.....	117
5	La acta vinculada (Súmula vinculante).....	118
6	Conclusión	120
	Bibliografía	121
 As medidas para enfrentamento do coronavírus – COVID-19 e a responsabilidade do Estado: inaplicabilidade do artigo 486 da CLT e a inviabilidade na responsabilização do Estado por prejuízos advindos das medidas de isolamento e quarentena		
Artur Leandro Veloso de Souza.....		125
1	Introdução	126
2	Da responsabilidade civil do Estado – Conceito, evolução, espécies e a responsabilidade extracontratual	128
3	Da responsabilidade civil derivada de ato legislativo	131
4	Da responsabilidade estatal constituída no artigo 486 da CLT – Do <i>factum principis</i>	133
5	Da inviabilidade de responsabilização do Estado por prejuízos experimentados pelas medidas de isolamento e quarentena	137
6	Da conclusão	142
	Referências	143

Análise dos artigos 20, 21 e 22 da LINDB: princípio da motivação sob um viés consequencialista

Carolina Lopes da Silva	145
Introdução	145
1 Artigo 20 da LINDB: motivação nas decisões.....	146
2 Artigo 21 da LINDB: motivação nas invalidações.....	153
3 Artigo 22 da LINDB: motivação com empatia	159
Considerações finais	166
Referências	167

Manutenção da supremacia do interesse público

Pedro Dadalto Oliveira	171
1 Premissas teóricas.....	171
1.1 Princípios e regras na teoria de Robert Alexy	171
1.2 Princípios materiais: bens coletivos e direitos individuais	174
1.3 Princípios formais: fundamentais e especiais	176
1.4 O conflito entre normas jurídicas	179
1.4.1 O conflito entre regras	180
1.4.2 O conflito entre princípios	182
2 Do conceito de interesse público e sua determinação	186
2.1 Dicotomia da concepção de interesse público	186
2.2 Determinação do interesse público a ser perseguido e a dupla manifestação de sua supremacia	190
3 Princípio da supremacia do interesse público	193
3.1 O peso abstrato dos princípios materiais	193
3.2 Supremacia do interesse público como princípio formal especial.....	200
3.3 Precedência abstrata e precedência concreta	201
4 A regra da supremacia do interesse público	204
4.1 Determinação do interesse público a ser perseguido e a incidência da regra da supremacia	204
4.2 Posição privilegiada do órgão incumbido de perseguir o interesse público	205
4.3 Posição de supremacia do órgão incumbido de realizar o interesse público	206
4.4 Restrições especiais no exercício das funções públicas	209
Referências	210

Ponderação e controle jurisdicional da Administração

Thaís Coelho da Silva	213
1 Breve introdução	213
2 Ponderação de princípios.....	214
3 Atuação e controle jurisdicional da Administração Pública.....	217
4 Controle jurisdicional de políticas públicas à luz da ponderação	222
5 Conclusão	226
Referências	227

Instruções para os Autores

229